

Órgão Conced... 3 de 180 | Natureza Juríd... Organização da Soc... | Ano 2 de 19 | CNPJ Benefici... 05454801000140 | UF DF | Seleções

Ano Assinatura

Instrumentos Assinados

Empenho / Desembolso

Movimentação Financeira

Emendas

Obras

CNPJ Proponente

UF

Município

Órgão Superior

Órgão Concedente

Natureza Jurídica

Filtros Adicionais

Instrumentos Assinados

Valor Global

Valor Liberado

1

196 mil

0

Vigência a expirar

0

Valor de Repasse

Valor Desembolsado

Prestação de Contas em Atraso

0

R\$ 196.000

R\$ 0

Qtd de Cláusulas Suspensivas Expiradas

0

Valor de Contrapartida

Ingresso de Contrapartida

Prest. Contas Informatizada

0

R\$ 0

R\$ 0

Saldo em conta

R\$ 0

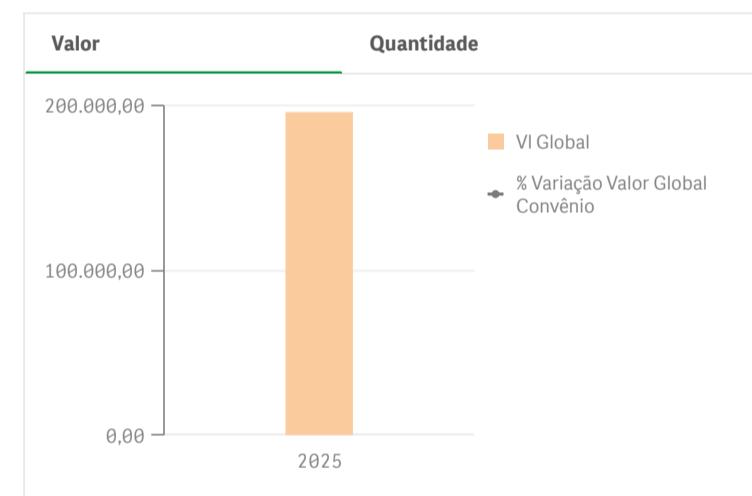
Rendimento Aplicação

R\$ 0

## Situação dos Instrumentos Assinados



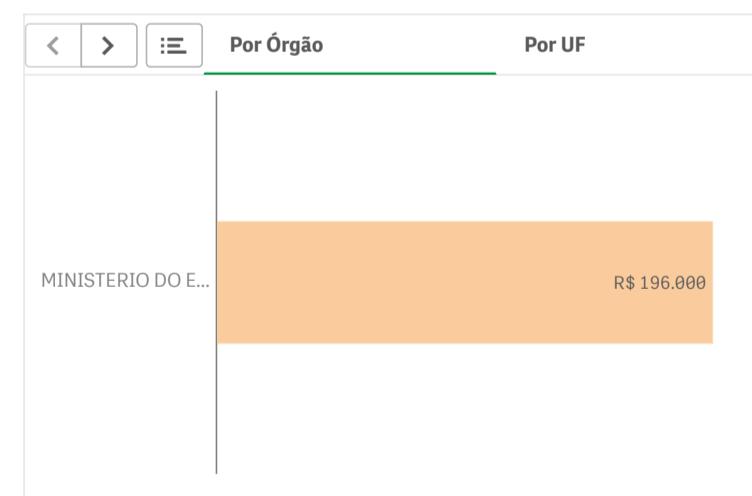
## Instrumentos Assinados por Ano



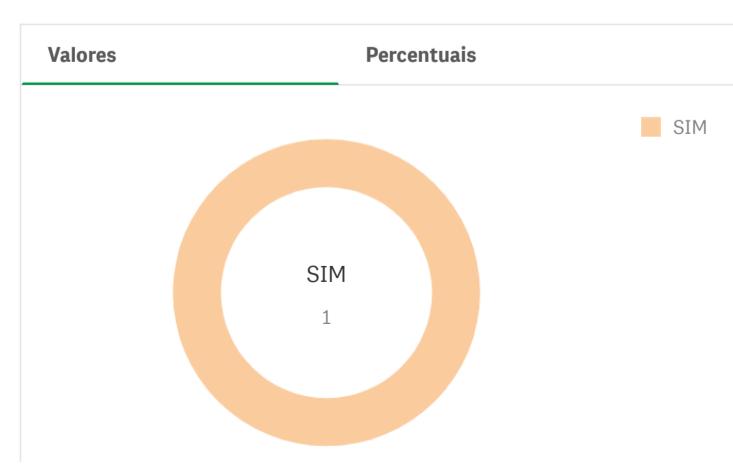
## Quantidade de Instrumentos Assinados por Modalidade



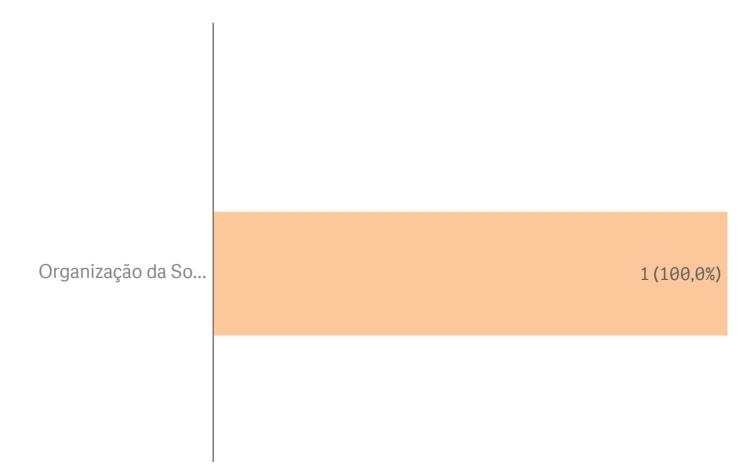
## Top 10 (Recursos em R\$)



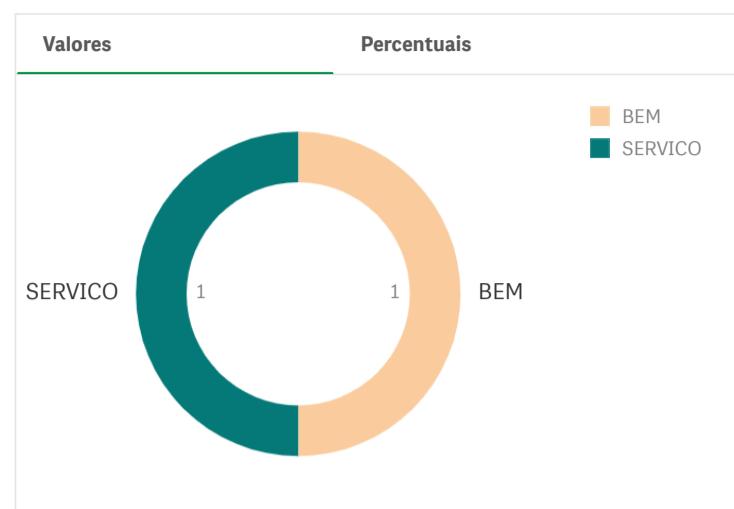
## Órgão Operador



## Quantidade de Instrumentos por Natureza Jurídica



## Tipo de Despesa



## Quantidade de Instrumentos Ativos



?

Média de dias em Cláusula Suspensiva

0,00%

% de Instrumentos em Execução com Cláusula Suspensiva

?

0

Instrumentos em Execução com Cláusula Suspensiva

?

1

Instrumentos sem Cláusula Suspensiva e sem Desembolso

## Instrumentos

↓

<u>Sem início de execução 180</u>	<u>Sem realizar pagamentos 180</u>	<u>Sem início de execução 365</u>	<u>Sem realizar pagamentos 365</u>
Lista de Instrumentos sem início de execução após 180 dias da liberação 1ª parcela			
Nº Instrumento	Link Externo	Data Assinatura	Data Primeiro Repasse
-	Acesso Livre	-	-
<b>Totais</b>			

↑

\* Atenção: para análise dos 180 dias, considerar as informações do Comunicado 27/2021 - COMUNICADO N. 27/2021 – VERIFICAÇÃO DOS PRAZOS DE 180 DIAS DE QUE TRATAM OS §§ 7º, 8º, 15 e 17 do art. 41 da PI nº 424/2016.

\* Considerados os instrumentos operados por OBTV. Prazos considerando a Portaria 134/2020 (suspensão de prazos devido à pandemia).

\* § 7º do Art 68 da Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 33, de 30 de agosto de 2023.